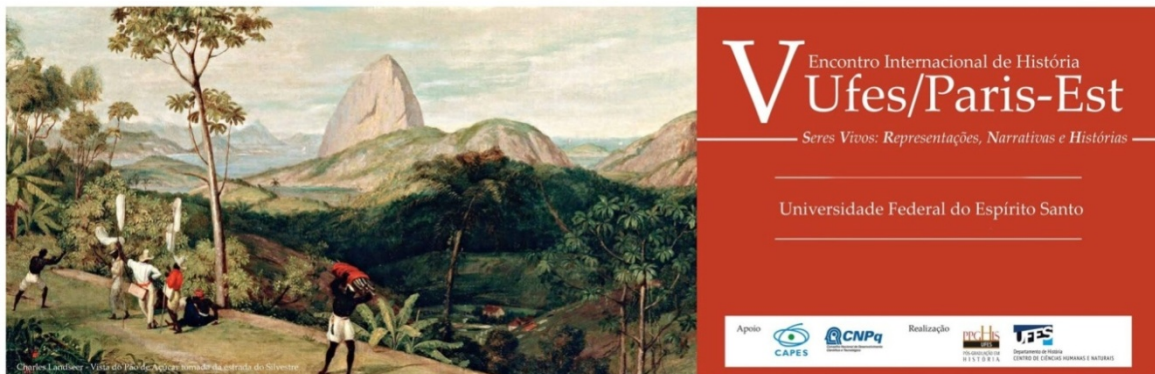




INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I: O DISCURSO DO JUIZ DO POVO²⁰⁷

Ana Lúcia de S. Abenassiff
Graduada em Letras - UFES

RESUMO: Este trabalho pretende analisar, a partir da *Teoria do Poder Simbólico* de Bourdieu, o discurso intitulado *Oração Gratulatoria, que recita o muito Honrado Juiz do Povo na Casa dos Vinte-Quatro*, que está inserido no documento denominado *Narração dos Applausos com que o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicíssima inauguração da Estatua Equestre, onde também se expõem as alegorias dos carros, figuras e tudo mais concernente as ditas Festas*. A fonte investigada faz parte do cerimonial da inauguração da Estátua Equestre de D. José I, ocorrida em Lisboa no ano de 1775, descrevendo todas as etapas envolvidas na comemoração oficial que marcou tal evento. A inauguração desta que foi a primeira estátua equestre erigida em Portugal, marcou a apoteose do Regime Pombalino, sendo considerada como símbolo da reconstrução de Lisboa, em face ao grande terremoto de 1755. O monumento, tanto quanto a solenidade, homenageavam simultaneamente o monarca D. José I e seu principal ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Palavras-chave: Poder Simbólico; Inauguração da Estátua Equestre de D. José I; Marquês de Pombal.

Abstract: This paper aims to analyze, from the Theory of Symbolic Power of Bourdieu, the speech entitled *Prayer Gratulatoria*, which quotes the very Honorable Judge of the People in the House of Twenty-Four, which is written in the document called *Narração dos Applausos com que o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicíssima inauguração da Estatua Equestre, onde também se expõem as*

²⁰⁷ Formada em Letras. Aluna de Iniciação Científica do curso de História da UFES. Orientanda da Prof^a. Dra. Patrícia Merlo. Este artigo apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa A apoteose do Regime Pombalino: os festejos de inauguração da Estátua Equestre de D. José I na cidade de Lisboa em seis de junho de 1775.

allegorias dos carros, figuras e tudo mais concernente as ditas Festas. The source analyzed part of the ceremonial opening of the Equestrian Statue of King José I, held in Lisbon in 1775, describing all the steps involved in the official celebration marking this event. The inauguration of this it was the first equestrian statue constructed in Portugal, marked the apotheosis of Pombal regime, being considered as a symbol of reconstruction of Lisbon, in view of the great earthquake of 1755. The monument, as the solemnity simultaneously honored the monarch D. José I and his prime minister, Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquis of Pombal.

Keywords: Symbolic Power; Opening of the Equestrian Statue of King José I; Marquis of Pombal.

Introdução

A Europa viveu, entre o final do século XVII e a metade do século XVIII, um fenômeno intelectual conhecido como Iluminismo. Tratava-se de um movimento crítico do absolutismo, da sociedade estamental, dos privilégios dados ao clero e à nobreza. Contudo, o iluminismo constituiu-se heterogêneo em sua formação, o que lhe possibilitou manifestar-se em diferentes matizes, conforme as regiões da Europa, seus ritmos e demandas. Sendo assim, a Ilustração, enquanto movimento amplo, desenvolveu-se influenciada pelas realidades históricas de cada território, o que configurou a existência de “ilustrações” ²⁰⁸.

Nesse contexto, Portugal promoveu transformações que caminharam em sintonia com sua cultura religiosa e suas tradições históricas. No entanto, apesar de, desde a primeira metade do século XVIII, a nação lusa já vivenciar experiências ilustradas, considera-se que o período áureo corresponde ao mandato de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Influenciado pelas ideias iluministas, o ministro de D. José I (1750-1777), promoveu modificações significativas, tais como: a expulsão e execução de jesuítas, as reformas educacionais juntamente com a laicização escolar e o desenvolvimento da Universidade de Coimbra ²⁰⁹. Sua ascensão política esteve diretamente ligada ao Grande Sismo, terremoto que atingiu a cidade de Lisboa em 1º de novembro de 1755, e ao processo de reconstrução urbana que resultou na centralização do poder nas mãos do ministro.

²⁰⁸ MERLO, Patrícia M. S. A Obra de Luis Antônio Verney: Aspectos da Ilustração Portuguesa. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). Memórias, traumas e rupturas. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 2-3.

²⁰⁹ Cf. MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Devemos ainda salientar que os esforços de reconstrução não ficaram apenas no campo intelectual, se estenderam à arquitetura com um projeto arrojado para a nova cidade, na economia com o estímulo das indústrias nacionais e as políticas liberais, enfim, promoveu a reformulação do aparelho administrativo, militar e financeiro.²¹⁰ O ponto alto desse processo foi a construção da Estátua Equestre de D. José I inaugurada em 6 de junho de 1775.

O Grande Sismo: o terremoto de 1755

Portugal apresenta uma história riquíssima, repleta de episódios que marcaram sua trajetória. E uma vez que nos propomos a estudá-la, há certa dificuldade em elencar fatos que teriam um maior ou menor peso. Entretanto, no que se refere à Idade Moderna, não hesitaríamos em eleger, mesmo em se tratando de uma catástrofe, o terremoto de 1755 como um dos grandes marcos dentro da Modernidade Ibérica.

Não faríamos essa escolha levando em conta a destruição que essa hecatombe trouxe, mas a faríamos, e por incrível que pareça, pela renovação que esse marco proporcionou. Posto que Portugal, diante de tal adversidade, conseguiu se reconstruir, se reinventar e abrir suas portas para o novo. O pesquisador e professor da PUC, Clovis Ultramari, corrobora com esse pensamento, pois em seu artigo afirma que *o Grande Terremoto serviria para testar a validade de se considerar a liberdade, não como uma capacidade de se dizer “não” a algo que não se gosta, mas de se dizer “sim” a adversidades, submetendo-nos estoica e inelutavelmente a elas.*²¹¹

O fato foi que no dia 1º de novembro de 1755, em torno das nove horas da manhã, enquanto grande parte da população estava nas igrejas, devido ao feriado de Todos os Santos, a cidade de Lisboa foi atingida por um dos terremotos mais violentos da Europa até então. Porém, no momento em que muitos sobreviventes fugiram para a zona portuária, esses foram expostos ao surpreendente recuo das águas. Então, se deu a segunda parte da catástrofe, com um gigantesco maremoto de ondas de dez a vinte metros. E como infelizmente esse trágico episódio teria ainda uma terceira parte, houve um grande incêndio, iniciado pelo fogo das casas e pelas velas que

²¹⁰ Cf. TENGARRINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru, Edusc, 2000, p.58.

²¹¹ ULTRAMARI, Clovis. Um acidente e duas perspectivas analíticas: o Grande Terremoto de Lisboa e os estudos de Edward Paice e de Rui Tavares. EURE, Santiago, v. 39, 2013, p. 270.

iluminavam as igrejas. Por conta da rapidez com que o fogo se alastrou e, por isso, o incêndio não pôde ser contido, Lisboa ardeu durante cinco dias. Os números de mortos em Lisboa estão entre 10.000 e 30.000, mas houve mortos também em outras regiões como o Algarve, o noroeste da África e o sudoeste da Espanha.

Em suma, *o assim denominado Grande Terremoto de Lisboa é, na realidade, uma tripla adversidade casual composta da sucessão temporal de terremotos, ondas gigantes e incêndios*²¹². Uma destruição sem precedentes que se abateu sobre Portugal. Não obstante, o que parecia ser o fim se transformou em um recomeço, em renovação. E para se reconstruir, física e politicamente, a nação portuguesa contou com um homem que foi o sujeito fundamental na revigoração do Estado português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

O Monarca e o Ministro

Quando o Grande Terremoto de Lisboa aconteceu, Portugal era governado pelo rei D. José I, o Reformador. José Francisco António Inácio Norberto Agostinho de Bragança foi o vigésimo quinto rei de Portugal. Filho do rei D. João V com a rainha D. Maria Ana de Áustria, nasceu na cidade de Lisboa em 6 de junho de 1714, faleceu em Ajuda em 24 de fevereiro de 1777²¹³.

Dentre os fatos mais relevantes da trajetória desse monarca, temos o seu casamento com a princesa espanhola D. Mariana Vitória, filha de Filipe V e da rainha D. Isabel Farnésio, em que a cerimônia nupcial aconteceu em 19 de janeiro de 1729. E a sua ascensão ao trono português após a morte de seu pai, sendo aclamado em 7 de setembro de 1750.

D. José I governou o país por vinte e sete anos e foi denominado de o Reformador em virtude das reformas que empreendeu durante o seu reinado. E todas essas reformas ocorreram, principalmente, porque o grau de destruição causado pelo terremoto foi colossal. De acordo com o professor de História, Carlos Jaca, *todos os cálculos vindos a lume avançam números incontáveis, mas cuja importância*

²¹² ULTRAMARI, p. 269-270.

²¹³ AMARAL, Manuel. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III. Edição Eletrônica 2000-2012, p. 1065-1066. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/jose1.html>

*significa bem o prejuízo que a fazenda nacional e privada sofreu*²¹⁴. E que ainda, se não bastasse, *o país, já empobrecido pelo estado da sua agricultura, do seu comércio e duma indústria inexistente, a ruína da capital em que se encontravam as suas forças, com dez por cento da população, foi calamitosa*²¹⁵.

A conjuntura, na qual Portugal se encontrava, era de caos, e antes mesmo do Grande Sismo, o rei recém-aclamado já tinha problemas pendentes das gestões anteriores, mas D. José I não esmoreceu. E recorrendo novamente ao Professor Carlos Jaca, observamos que diante de tal infortúnio, o rei buscou pessoas qualificadas para auxiliá-lo, por isso reconheceu *o elevado valor de Sebastião José de Carvalho e Melo, pela forma como se houvera em Londres e em Viena de Áustria, quando ali estivera como embaixador durante o reinado de seu pai, [...] chamou-o para seu lado como primeiro ministro, entregando-lhe com a máxima confiança a administração do reino*²¹⁶.

Sebastião José Carvalho e Melo, filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e Tereza Luiza de Mendonça e Mello, ficou conhecido, posteriormente como Marquês de Pombal. Esse homem incrível, detentor de um poder de organização enérgico, nasceu em Lisboa no dia 13 de maio de 1699, foi um político português e pelo que nos aponta a historiografia, o verdadeiro dirigente de Portugal durante o reinado de José I. De acordo com sua biografia, estudou na universidade de Coimbra. Em 1738, foi nomeado embaixador em Londres e, cinco anos mais tarde, embaixador de Viena, cargo que ocupou até o ano de 1748.

O fato foi que o terremoto, tanto para o reino português quanto para Sebastião José de Carvalho e Melo, foi decisivo, pois o então Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ascendeu, sendo nomeado em 5 de Maio de 1756, a Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Seria, ainda, o futuro *Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769), para o poder praticamente absoluto que iria conservar durante mais vinte e dois anos, até à morte do Rei, em 1777*²¹⁷.

A ascensão política do Marquês de Pombal, como já mencionado anteriormente,

²¹⁴ JACA, Carlos. Terremoto de 1755. Diário do Minho, Lisboa, 2004, p. 05. Disponível em: <http://www.esas.pt/jaca/docs/TERRAMOTO%20DE%201755%201PARTE.pdf>

²¹⁵ JACA, p. 05.

²¹⁶ JACA, 06.

²¹⁷ JACA, 07.

esteve diretamente ligada ao Grande Sismo, terremoto que atingiu a cidade de Lisboa em primeiro de novembro de 1755 e ao processo de reconstrução urbana que resultou na centralização de poder nas mãos do ministro.

Os esforços de reconstrução não ficaram apenas no campo intelectual, se estenderam à arquitetura com um projeto arrojado para a nova cidade, à economia com o estímulo das indústrias nacionais e às políticas liberais. Enfim, promoveu a reformulação do aparelho administrativo, militar e financeiro²¹⁸.

Sobre o Contexto, a Fonte e a Metodologia

A construção da Estátua Equestre de D. José I, inaugurada em seis de junho de 1775, envolveu diretamente toda a boa sociedade portuguesa e as instâncias de representação de poder. A Câmara Municipal de Lisboa, a Junta do Comércio e a Casa dos Vinte e Quatro²¹⁹ ficaram responsáveis pela realização do evento que buscou homenagear D. José I pela obra de reconstrução da cidade.

A Casa dos Vinte e Quatro funcionava como uma assembleia municipal com poder deliberativo. Fundada em Lisboa, em 1383, era o lugar em que as medidas municipais deveriam ser votadas e aprovadas por maioria, para então serem executadas. Sua estrutura era composta por dois representantes de cada uma dos 12 grêmios ou corporações de ofícios da cidade (conhecidas por "bandeiras"), os quais eram coletivamente conhecidos pelos "Vinte e Quatro". Cada bandeira era designada pelo respectivo santo padroeiro e incluía um ofício de cabeça, bem como outros ofícios anexos.

Os festejos do 61º aniversário do rei, que culminaram com a inauguração da estátua equestre, foram cuidadosamente preparados sob a supervisão do Marquês de Pombal que, desde 1756, ocupava o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Além das autoridades civis, militares e religiosas da cidade de Lisboa e

²¹⁸ Cf. TENGARRINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru, Edusc, 2000.

²¹⁹ Segundo Martins, tem sua gênese nas guildas medievais, que com o tempo acabou ganhando reconhecimento, e assim, passou a atuar junto aos poderes locais e nas cidades, revestindo-se com o tempo de funções municipais importantes em algumas regiões da Europa. De fato, se transformando nas corporações de ofício. MARTINS, Mônica de Souza Nunes, Entre a Cruz e o Capital: Mestres, Aprendizizes e Corporações de Ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p.24. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057043.pdf> acesso em: 10 Abr. 2015.

arredores, comerciantes e artesãos também estiveram envolvidos nos preparativos do evento²²⁰.

As festividades duraram três dias. A Câmara Municipal de Lisboa, a Junta do Comércio e a Casa dos Vinte e Quatro ficaram responsáveis pela realização de diferentes etapas: baile, queima de fogos de artifício, encenação teatral, espetáculos musicais, jantares, desfile de carros alegóricos.

Nossa fonte primária é um documento manuscrito de 1775 intitulado **Narração dos Applausos com que o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicissima inauguração da Estatua Equestre, onde tambem se expõem as allegorias dos carros, figuras e tudo mais concernente as ditas Festas**, que está disponível para consulta digital na Biblioteca Nacional de Lisboa. Graças a essa fonte foi possível conhecer as etapas que marcaram o acontecimento.

Vejamos, em linhas gerais, algumas informações recolhidas. O evento se dividi em sete partes, na saber: a primeira parte, *Exposição dos Carros, suas Figuras e Allegorias*, a segunda parte inclui a *Regulação das Danças e a Descrição da Ordem*, a terceira parte, *Festim*, a quarta parte, *Na Felicissima na Inauguração da Estatua Equestre de Elrey Nosso Senhor Dom José I*, a quinta parte, *Sonetos em Applausos a' Memoria D'elrey Nosso Senhor no dia em que a nação agradecida lhe levantou huma Estatua Equestre*, a sexta parte, *Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Marquez de Pombal, Conde de Oyeras, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno*, e a sétima parte, *Ao Senhor Bartholomeu da Costa, Brigadeiro da Artilheria*.

Para as finalidades da pesquisa ora em tela, iremos nos ater à terceira parte intitulada *Festim*, onde se encontra o discurso: *Oração Gratulatoria pela Inauguração do Regio Monumento*, do Juiz do Povo²²¹, que ocorreu na Casa dos Vinte-Quatro.

²²⁰ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Alguns princípios da política e da administração do reinado de D. José I (1750-1777). Textos da 26ª Reunião da SBPH. Porto Alegre: SBPH, 2006, p. 01-15. Disponível em: <<http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Antonio%20Cesar%20Almeida%20Santos.pdf>>

²²¹ De acordo com Martins, o Juiz do Povo era o presidente da Casa do vinte e quatro e eleito no Senado da Câmara, não tendo o seu cargo vínculo por nomeação ou hereditariedade. Era escolhido por representação das vinte e quatro guildas que constituíam a Casa, tendo acesso direto à Coroa, da mesma forma que os ministros do reino. Tornou-se importante articulador e representante político dos ofícios mecânicos e dos interesses das corporações de artesãos, tendo tido papel de destaque

O *Festim*, a terceira parte do documento, apresenta o roteiro da festa que ocorreu na noite do dia 6 de junho de 1775, às 20 horas, incluindo as sonatas e as aclamações. Nela se insere, como já mencionamos, a *Oração Gratulatoria pela Inauguração do Regio Monumento*, discurso do Juiz do Povo que ocorreu na Casa dos Vinte-Quatro. Ademais, contém o *Hymno* (hino) para ser cantado após o discurso, juntamente com a *Ode* (composição poética em honra) e o *Soneto* (poema) para serem proferidos em sequência. Temos ainda, os *Epigrammas* (poesias curtas), as *Decimas* (poesias com dez versos) e vários outros *Sonetos* lidos por vinte e dois deputados. Trata-se, portanto, de um roteiro a ser seguido no evento.

Para a análise do conteúdo da fonte, partimos das assertivas teóricas de Pierre Bourdieu, que assevera que nenhum tipo de ação simbólica é centrado em si, uma vez que as construções simbólicas estão fortemente ligadas com a correlação de forças existente no ambiente social no qual estão inseridas.²²² Sendo assim, a cultura simbólica somente existe efetivamente sob a forma de um conjunto de significantes/significados de onde provém todo seu potencial de representação da realidade. Trata-se de uma realidade simbólica onde se busca a naturalização da produção simbólica direcionada para a manutenção da organização política da sociedade que a produziu:

Assim como não existem puras relações de força, também não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação. Para além das representações que os agentes incorporam, capazes de propiciar justificativas simbólicas para a posição que ocupam, o observador deve reconstruir o sistema completo das relações simbólicas e não – simbólicas, ou seja, as condições de existência material e a hierarquia social daí resultante (BOURDIEU, 2007. p. 76)

Partindo dessa premissa, verificamos que o elemento social estruturador de todo tipo de construção simbólica são as relações sociais que lhe atribuem sentido. Portanto, a análise de um determinado sistema simbólico necessita que se considere o aspecto não simbólico existente no enquadramento social no qual se desenvolveu determinada simbolização. Pois, somente a partir da relação entre o

em momentos políticos importantes do país e opinando sobre assuntos de interesse econômico, especialmente em âmbito regional (MARTINS, 2007, p. 30)

²²² OLIVEIRA, Rodrigo P. A representação de si através do culto à memória de outrem: a inauguração do monumento em homenagem a Manoel Luís Osório nos últimos dias do governo de Floriano Peixoto (1894). Rio de Janeiro: ANPUH, 2010, p. 1. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276653778_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh-.pdf acesso em: 20 de Abr. 2015.

social e o simbólico é possível compreender as causas que explicam a eficiência, ou não, de um sistema simbólico:

A eficácia de um sistema simbólico bem sucedido consiste na sua capacidade de ordenar o mundo natural e social através dos discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real das relações sociais (BOURDIEU, 2005. p. 87)

Segundo Bourdieu, o domínio de poder compreende no domínio ou controle, coordenação ou manipulação de entes, inclusive corpos, vontades, intencionalidades, interesses (objetivos e subjetivos). Pois quanto maior for a capacidade de mobilizar, controlar, coordenar ou manipular entes, tanto maior será o poder. E em ocasiões, quando todos parecem estar pacificados (no caso de um festejo), o poder simbólico exerce sua ação de inoculador e naturalizador de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e dotadas de historicidade. Então, compete ao historiador decodificar o significado simbólico dessas manifestações comemorativas, representadas, na maioria das vezes, por meio dos rituais coletivos de culto ao passado²²³, que se dão de forma lógica diante dos conflitos políticos e sociais que engendram essas formulações simbólicas. É a partir dessa abordagem teórica que buscamos analisar as questões centrais dessa pesquisa.

O discurso: algumas interlocuções com a fonte

O discurso que abre os festejos da inauguração da Estátua Equestre de D. José I é proferido pelo Juiz do Povo, cargo máximo na Casa dos Vinte Quatro. Passaremos agora à análise de alguns fragmentos dessa fonte. A primeira coisa a ser destacada é a exaltação ao governo de por D. José I:

Chegou em fim, Honrados Companheiros, o faustíssimo, e suspirado dia, em que podemos todos os fieis vassallos do nosso amabilíssimo MONARCA desabafar os vivos sentimentos, que nos transportam. Tanto eram, e tão grandes os benefícios, que da liberal Mão do SOBERANO se tinha derramado sobre o seu Povo, que forçosamente exigiam da nossa parte, não hum agradecimento equivalente de si mesmo impossivel, mas ao menos huma lembrança perdurável, que testemunhasse á Posteridade a nossa Gratidão [...] ao melhor dos Príncipes (p.35 e 36).

Como é possível notar, destaca-se o reconhecimento e a gratidão ao rei, descrito como o melhor dos príncipes.

Para justificar a importância do reinado de D. José I, o segundo parágrafo apresenta

²²³ CATROGA, Fernando. A Memória, a História e a Historiografia. Lisboa: Quarteto, 2001.

um Portugal decadente, quase que esquecido de seus feitos gloriosos, uma nação com muitos problemas

Tinhamos diante dos olhos hum Reino, que elle achou decadente, exausto, e falto de tudo o que costuma argumentar os Póvos, subido pelas suas Providencias ao maior auge de gloria, e de felicidade: Aquelle antigo credito, e fama do nome Portuguez quasi extincto, outra vez respeitado pelo restabelecimento das Letras, e instauração da Universidade, pela protecção das Artes, pela disciplina, e luzimento das Armas, que a longa paz tinha sem razão deixado cubrir de pó, e de ferrugem (p.37).

Nesse contexto de abandono e caos descrito, assumi o generoso rei, cuja política elevou Portugal ao nível das nações mais civilizadas. Portugal faz-se novamente respeitado. Mas, para isso, foi preciso reconstruir o Reino após o terrível terremoto. Uma vez que a cidade ficou em ruínas. Porém, graças a ação de D. José I e seu Ministro, Pombal, a velha cidade de barro se transformou em suntuosos edifícios de mármore:

Estes, e outros muitos eram os benefícios geralmente espalhados sobre o Reino todo. Porém quantos mais não foram os que recebo a nossa Lisboa? Apenas a lamentavamos sepultada entre montões de ruínas a impulsos d'hum dos mais horriveis Fenomenos, quando em lugar de huma Cidade de barro, despojo do furor dos Elementos, vimos de repente levantar-se outra fabricada de mármore, cheia desumptuosos edificios, composta de formosíssimas, e bem rasgadas Ruas, vistosas Praças, e soberbos Templos.²²⁴ O novo Plano de administração, e arrecadação da Fazenda, e Patrimonio Real comettido a hum Ministro de conhecido zelo, e patrióticas Virtudes, e a Sogeitos de incorrupta fidelidade (p.37).

Logo no início do parágrafo seguinte, podemos observar a referência à Corte anterior a de D. José I. [...] *sordidos interesses dos monopolistas*, fazendo menção crítica aos privilégios concedidos tanto para determinadas famílias quanto aos ingleses que também recebiam mercês no período da gestão anterior. Para, em seguida tecer elogios ao projeto arquitetônico moderno executado após o terremoto:

A Creação do Censorio Tribunal, erigido para desterrar as trevas da ignorância, e illudir invectivas da superstição. Hum amplíssimo Celleiro destinado a manter nesta cidade a abundancia contra os sordidos interesses dos monopolistas. Mas para que He fatigar as vossas atenções? Que lugar há aqui para que encaminhem os passos, para onde voltemos os olhos, que não nos offereçam monumentos da Piedade, do Affeto, do Cuidado, e da vigilancia do nosso AUGUSTISSIMO REY? Assás testemunham a frequencia dos Passeios, e públicos Espectaculos; a nobre Architectura de perenes Fontes, a bem regulada Policia, que nos assegura de nocturnos insultos, e suffoca a voracidade dos incêndios; a ampla, e magnifica Doação, com que o Hospital Geral já não fica sendo o ultimo, e mais calamitoso refugio das miserias humanas; porém hum asilo cómodo, e digno da mais util, e necessaria porção do Estado (p.38).

²²⁴ Referência ao Terremoto de Lisboa que ocorreu no dia 1º de novembro de 1755.

Como é possível notar, em meio aos elogios a reconstrução de Lisboa, subjaz o foco na eficiência dos trabalhos prestados pela administração pombalina. De maneira casual, percebemos o reforço do poder simbólico embutido nas entrelinhas, dado que são citadas repetidamente o que foi feito no governo do Marquês de Pombal, isso, reforçando a ideia de uma gestão ímpar por parte do rei e de seu ministro. Podemos assim, à luz do que ensina Bourdier, perceber a ação inoculadora e naturalizadora de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e dotadas de historicidade, como parte efetiva do discurso que marca o evento em análise.

Nesse sentido, destacamos mais um trecho em que é possível notar a inversão do elogio, que passa do enaltecimento ao rei para o enaltecimento ao Ministro, responsável por toda a administração do Império:

[...] e da Luz superior, que a Providência infunde naquelles, a quem confia o governo dos Povos, achou na Pessoa Illustrissimo, e Excellentissimo MARQUEZ DE POMBAL hum Coração amoldado ao seu Regio Espirito, e cheio de hum ardente amor á Patria, pela qual não tem poupado diligencia alguma para elevalla ao cume de prosperidades que admiramos. Nem pôde duvidar-se, que todas as que possuímos se derivam do completo conhecimento, que o SOBERANO teve dos raros talentos daquelle in comparavel Ministro, que já mais deixou de dar glorioso remate a todas as difficeis, e arriscadas empresas, que huma vez intentou, sem que o assombrassem ferozes monstros, e nem aquelles nefandos Individuos, cujas cabalas, e até então inexcrutaveis intrigas tinham por mais de dous Seculos posto grande parte do Orbe conhecido na mais dura, e mais infame escravidão. Seguro elle, e apoiado na Vontade do Principe, que só desejava a perfeita felicidade do seu Reino, e sustentado pela constante Virtude, calçou intrepido, e triunfou de todos quase invencíveis obstaculos que o embaraçavam (p.39 e 40).

Por fim, o discurso se encerra fazendo um balanço sobre o tempo de espera para o agradecimento ao rei:

Não menos que a estreita obrigação, em que nos punham tão multiplicados favores recebidos por nós, e especialmente por esta Cidade, accusavam também o nosso silencio o exemplo do que outras Nações tinham obrado em todo o tempo com os seus Monarcas, e ainda com os seus Generaes, (que talvez só deram á Patria hum vão titulo de Conquistadora de huma Provincia comprado com innumeráveis thesouros, e rios de sangue dos Cidadãos, a quem com tudo se erigiram celebérrimos Padrões destinados a eternizar-lhes as suas memórias, depois de terem recebido honorificas aclamações, pomposos triunfos, e os mais lisonjeiros appellidos) e despertava por momentos em todos os fieis Vassallos hum ardentissimo desejo de não parecermos desconhecidos a quem punha todas as suas delicias em fazer-nos venturosos (p.40 e 41).

Como é possível perceber, mesmo tendo ciência de todos os feitos maravilhosos do rei para com o seu povo, não havia ainda ocorrido uma homenagem até a ocasião.

O discurso busca assim justificar e apresentar a explicação da comemoração ter demorado vinte anos para acontecer, apresentando a predileção por fazer os festejos em concomitância com o 61º aniversário do rei D. José I em 6 de junho de 1775.

Cabe aqui destacar que a razão real para tamanha demora em agradecer ao rei deveu-se muito mais ao fato da necessidade de se esperar todas as obras estarem concluídas, e inclusive a estátua para que a homenagem fosse feita. Além disso, a Praça do comércio, assim como a Estátua Equestre se inscrevem como um lugar de memória, a fim de eternizar os feitos do rei e de seu ministro.²²⁵ Nesse entendimento, para além do discurso, o poder simbólico se concretiza em um lugar real e central a geopolítica do Reino.

Também a Casa dos Vinte Quatro demarca seu papel simbólico e lugar de poder ao destacar por meio do discurso todo o empenho na construção da estátua feita de bronze e erguida sob um pedestal de mármore. Tal homenagem só foi possível graças ao financiamento do projeto, da construção e da cerimônia preparada em homenagem a D. José I. Congratulando assim o rei por tudo que ele fez em prol do reino.

Hoje pois que reverentes, e agradecidos tributamos ao nosso Bemfeitor, ao nosso Pai, e em fim ao nosso AUGUSTISSIMO SENHOR, e MONARCA o GRANDE JOSÉ I, hum tênue penhor de nossa gratidão, esculpido no rijo bronze, e nos duros mármoreos aquelle, que já, há muito gravado em nossos corações, nos incita a hum amor, e respeito filial, devo congratular-me, e congratular-vos de que se reservasse aos nossos dias a honra de ver levantar este perpétuo Monumento á sua Memoria (p.42).

É Interessante perceber que em toda fonte quando se faz referências a D. José I, o vocábulo é sempre escrito com letras maiúsculas. Essa mesma técnica é empregada quando aparecem pontos importantes a serem ressaltado durante o discurso.

Considerações Finais

Diante do que vimos, cabe fazer alusão ao historiador Marcos Antônio Lopes que abre seu capítulo *Fachadas Cênicas* em sua belíssima obra *O Imaginário da Realeza: cultura política do tempo do absolutismo*, citando o historiador alemão

²²⁵ Na base da Estátua equestre de D. José I há um busto, de tamanho considerável e colocado frontalmente, do Marquês de Pombal.

Ernst Kantorowicz a fim de salientar que

A linguagem mística, a menos que se escute no interior de seu próprio círculo mágico, de forma frequente parecerá pobre e até um pouco ridícula, e suas metáforas mais misteriosas ou imagens mais brilhantes podem, uma vez desprovida de auréolas iridescentes, parecer extravagante²²⁶.

Dessa forma, chama nossa atenção para revelar o quanto o poder do rei estimulava as representações públicas de muita ostentação. Visto que havia uma necessidade de produzir efeitos de grandeza e glória. Por isso, não só o monarca que ocupava o centro dessa representação, como também seus cortesãos, todos participavam da encenação.

No nosso caso, os cortesãos eram os políticos, mais precisamente, o político, o Marquês de Pombal, que buscava a autopromoção, que carecia de um majestoso reconhecimento por seus préstimos ao reino português. Já o nosso rei, Dom José I, o oposto do Rei Sol, não demonstrava fazer questão de tanta pompa. Recebeu as honras porque lhes eram de direito e não caberia a um ministro, mesmo que o mais dedicado e nobre, recebê-las em seu lugar.

A cerimônia de inauguração da Estátua Equestre de D. José I foi para além da homenagem a um monarca ou a seu ministro. Constituiu um tributo à nação portuguesa que após uma hecatombe conseguiu se reerguer, se reinventar, se superar enquanto país, povo, pátria. Que soube diante das inúmeras adversidades dizer sim, sem jamais ceder.

Referências

AMARAL, Manuel. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III. Edição Eletrônica 2000-2012, p. 1065-1066. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/jose1.html>

ANASTÁCIO, M. Vanda. O Terramoto de 1755: Marco da História Literária? In: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (Orgs.). **O Terremoto de 1755: Impactos Históricos.**

²²⁶ LOPES, Marco Antonio. O Imaginário da Realeza: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012, p.15.

Livros Horizonte: Lisboa, 2007, p.363-367.

CATROGA, Fernando. **A Memória, a História e a Historiografia**.Lisboa: Quarteto, 2001.

JACA, Carlos. Terremoto de 1755. **Diário do Minho**, Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.esas.pt/jaca/docs/TERRAMOTO%20DE%201755%20PARTE.pdf> acesso em : 02 de Dez. de 2014.

JÚNIOR, João Feres. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol.48, nº 3, 2005.

LOPES, Marco Antonio. **O Imaginário da Realeza**: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MERLO, Patrícia M. S. A Obra de Luis Antônio Verney: Aspectos da Ilustração Portuguesa. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 2-3.

OLIVEIRA, Rodrigo P. A representação de si através do culto à memória de outrem: a inauguração do monumento em homenagem a Manoel Luís Osório nos últimos dias do governo de Floriano Peixoto (1894). Rio de Janeiro: ANPUH, 2010, p. 1. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276653778_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh-.pdf acesso em: 20 de Abr. 2015.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Alguns princípios da política e da administração do reinado de D. José I (1750-1777). Textos da 26ª Reunião da SBPH. Porto Alegre: SBPH, 2006, p. 01-15. Disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Antonio%20Cesar%20Almeida%20Santos.pdf> acesso em: 20 de Nov. de 2014.

TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: Edusc, 2000.

ULTRAMARI, Clovis. Um acidente e duas perspectivas analíticas: o Grande Terremoto de Lisboa e os estudos de Edward Paice e de Rui Tavares. **EURE**, Santiago, v. 39, p. 269-276, 2013.